

Desenvolvimento Sustentável versus Economia Verde

Abordagens contextualizadas de fácil compreensão

*Tomás Mário Cubane – Licenciado em Ensino de Química e Gestão de Laboratórios pela
Universidade Pedagógica – Moçambique.
Mestre em Energias Renováveis pela Universidad Europea del Atlántico – Espanha.
Contactos: +258 845618135/ 861644211.
Email: tcubane@gmail.com*

1. Contexto do desenvolvimento sustentável

O conceito de *desenvolvimento sustentável* surgiu com o nome de *eco-desenvolvimento* nos anos 1970. Foi fruto do esforço para encontrar uma terceira via opcional àquelas que opunham, de um lado, desenvolvimentistas e, de outro, defensores do crescimento zero. Para os zeristas¹ os limites ambientais levariam a catástrofes se o crescimento econômico não cessasse. (Romeiro, 2011, p. 68).

O nascimento oficial do conceito de desenvolvimento sustentável remonta ao ano de 1987, por ocasião do relatório Brundtland. Seu nome se deve a Gro Harlem Brundtland (ex primeira ministra da Noruega) que era quem presidia a comissão da ONU que elaborou o relatório.

O crescimento global que se verificou na segunda metade do século XX, não foi suficiente para disfarçar as consequências geradas em alguns pontos do planeta terra sob o olhar ambiental como consequências deste mesmo crescimento só para destacar a crise do petróleo de 1973 e 1978 assim como o acidente da central nuclear de Chernobyl.

Por tanto, enquanto era notabilizado o crescimento global, também se verificou a crise do bem-estar devido a generalização da crise capitalista registando-se assim níveis altos de desemprego, grandes inflações e acentuadas desigualdades sociais.

¹ Pensamento ambientalista que defendia o crescimento zero (tentativa de manter constante o fluxo de recursos) de modo a se travar a deterioração ambiental.

Contudo, o conceito do desenvolvimento sustentável passou a chamar a atenção do homem quanto a super-exploração do ambiente, enfocando o desenvolvimento econômico e o crescimento da preocupação global quanto aos objetivos do desenvolvimento e limitações ambientais, quanto a incerteza de como as futuras gerações poderão suprir as suas necessidades básicas.

Segundo FUNIBER (2018)², nesse contexto global, a *International Union for The Conservation of Nature* (IUCN) cunhou o termo **desenvolvimento sustentável**, tornada clássica e popular no conhecido relatório "Nosso futuro comum" ou Relatório Brundtland (WCED³, 1987), preparado pela Comissão Brundtland da Organização das Nações Unidas, no qual se cita:

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades.

De acordo com UNRIC (2016), na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foram construídos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável:

- ↳ Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- ↳ Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
- ↳ Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- ↳ Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- ↳ Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas;
- ↳ Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
- ↳ Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;
- ↳ Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;

² Manual de Introdução ao Desenvolvimento Sustentável.

³ Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

- ↪ Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- ↪ Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
- ↪ Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
- ↪ Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;
- ↪ Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
- ↪ Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- ↪ Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade;
- ↪ Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
- ↪ Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Romeiro (2011, p. 70) o desenvolvimento sustentável pode ser atingido com um conjunto de políticas capazes de, simultaneamente, garantir o aumento da renda nacional, o acesso a direitos sociais básicos (segurança econômica, acesso a saúde e educação) e a redução do impacto do aumento da produção e do consumo sobre o meio ambiente.

Esta busca de equilíbrio entre o que é *socialmente desejável*, *economicamente viável* e *ecologicamente sustentável* é usualmente descrita em função da chamada “*triple bottom line*”, que agrega as dimensões ambiental, social, e econômica do desenvolvimento sustentável.

A *dimensão ambiental* do desenvolvimento sustentável requer o equilíbrio entre proteção do ambiente e seus recursos, e o uso destes recursos de forma a permitir que o planeta continue a suportar uma qualidade de vida aceitável.

A *dimensão social* requer o desenvolvimento de sociedades justas, que proporcionem oportunidades de desenvolvimento humano e um nível aceitável de qualidade de vida atendendo a equidade de oportunidades entre os homens e entre as gerações.

A *dimensão econômica*, por sua vez, requer um sistema econômico que facilite o acesso a recursos e oportunidades e o aumento de prosperidade para todos, dentro dos limites do que é ecologicamente possível e sem ferir os direitos humanos básicos.

No que concerne a aplicação do desenvolvimento sustentável abrange uma grande diversidade de áreas e de problemas, entre eles, a distribuição da riqueza, a luta contra a pobreza, a otimização do crescimento econômico e a transferência de tecnologias limpas.

Na África e em alguns pontos do mundo como os países latino-americanos e caribenhos, os desafios para se alcançar o desenvolvimento sustentável são ainda maiores pelas seguintes causas:

- A longa tradição de governos autoritários insensíveis à mudança social;
- As políticas econômicas equivocadas que se voltaram ao crescimento econômico sem atender à distribuição da renda, acentuando deste modo o desnível social;
- A falta de políticas públicas transcendentais de médio e longo prazo;
- A desfavorável inserção na economia mundial;
- O atraso científico e tecnológico.

Alguns governos proclamam a democracia, mas não passa de uma caricatura do autoritarismo disfarçado e, implementam políticas que delapidam os recursos naturais a seu belo prazer favorecendo a sua classe não tendo em conta a classe social mais baixa e muitas vezes a maioria que vive em pobreza extrema e miséria.

De acordo com CMMAD (1991, p. 70) em seu sentido mais amplo, a estratégia do desenvolvimento visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. A busca do desenvolvimento sustentável requer:

- ✓ Um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;

- ✓ Um sistema econômico capaz de gerar excedentes *know-how* técnico em bases confiáveis e constantes;
- ✓ Um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não-equilibrado;
- ✓ Um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- ✓ Um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- ✓ Um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- ✓ Um sistema administrativo flexível e capaz de auto corrigir-se.

Estes requisitos com caráter de objetivos devem inspirar a ação nacional e internacional para o desenvolvimento.

2. Contexto de Economia verde

O crescimento econômico infinito tem causado o aparecimento de sérios problemas ambientais que ameaçam a subsistência das gerações futuras e reprodução da vida como a conhecemos hoje, sendo que tais problemas acarretam uma grande concentração de riquezas nos países do Norte, desenvolvidos e uma grande pobreza nos países do sul. (Mancilla e Carrillo, 2011, citado por Bittencort et al., 2012, p. 791).

Segundo os relatórios apresentados por grandes economistas, o mundo encontra-se à beira de um colapso ambiental, podendo vir a sofrer as penas do esgotamento dos recursos naturais e do crescimento populacional, daí a transição da dita economia “marron” para a economia verde deve ser uma medida incontornável a luz dos ambientalistas. (Bittencourt, Vieira e Martins, 2012, p. 790).

Como referenciado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), na publicação "Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza" (2011, p. 17), define a economia verde como uma economia que resulta

em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica.

Em outras palavras, uma economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva. Em uma economia verde, o crescimento de renda e de emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzem as emissões de carbono e poluição e aumentam a eficiência energética e o uso de recursos, e previnem perdas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos.

Muitos são os equívocos no que concerne aos conceitos de economia verde versus desenvolvimento sustentável, no entanto a economia verde no seu sentido mais amplo representa o caminho a ser seguido para se alcançar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza (*Rio+20*, “O Futuro que Queremos, 2012”).

Segundo Orsini, Nobre e Nobre (2012), A expressão economia verde refere-se à otimização de atividades que façam uso racional e equitativo dos recursos naturais (socialmente inclusivo), emitindo baixas taxas de gases de efeito estufa (economia descarbonizada), agredindo minimamente o meio ambiente.

Para isso, são necessárias novas tecnologias que permitam aos diferentes segmentos da economia utilizar maquinários de baixo consumo energético.

Os equipamentos domésticos, como televisores, computadores, geladeiras e lâmpadas devem ser econômicos no consumo de energia.

As matrizes energéticas precisam ser gradativamente substituídas por fontes não poluentes e renováveis, como a eólica, a fotovoltaica, a biomassa e a maremotriz.

O consumo de água também deve ser feito com muita responsabilidade pois a quantidade de água potável disponível é menor, cerca de 2,5% do total.

Uma Economia Verde e Inclusiva é baseada em compartilhamento, circularidade, colaboração, solidariedade, resiliência, oportunidade e interdependência.

Os princípios para o desenho de uma “Economia Verde e Inclusiva” lidam com esses elementos de transição socioambiental e econômica e exigem reformas de políticas fiscais e econômicas,

mudanças legislativas e de financiamento, novas tecnologias, e instituições fortes especificamente equipadas para salvaguardar pisos sociais e ambientais.

Contudo, de acordo com PNUMA na publicação “Descobrimos caminhos para uma Economia Verde e Inclusiva: um resumo para líderes” (2015), aponta como condições possibilitadoras para uma transição bem-sucedida a economia verde: medidas fiscais domésticas adequadas e reformas políticas, colaboração internacional através do comércio, ajuda, infraestrutura de mercado, investimento em capacitação, treinamento e educação.

Bibliografia

1. Romeiro, A. R. (2011). *Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica*. Campinas.
2. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) (1991). *Nosso Futuro Comum* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
3. Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental (Org.) (2016). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável*. Recuperado de https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf
4. FUNIBER (2018) – Manual de Introdução ao Desenvolvimento Sustentável.
5. Orsini, J. A. M., Nobre, C. A., e Nobre, P. (coords.) (2012). *O FUTURO QUE QUEREMOS: Economia verde, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza*. São Paulo. Recuperado de www.inpe.br/50anos.
6. PNUMA (Org.) (2015). *Descobrimos caminhos para uma Economia Verde e Inclusiva: um resumo para líderes*.
7. PNUMA (Org.) (2011). Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza – síntese para tomadores de decisão. Recuperado de www.unep.org/greeneconomy.
8. Bittencourt, A. L., V, R. S., e Martins, Q. J. N., (2012). Economia verde: conceito, críticas e instrumentos de transição. Recuperado de www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.
9. Rio+20 CNUDS (Org.) (2012). *O Futuro que queremos*. Recuperado de <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/index.html>